

Solidariedade atlântica:

Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA),

entre percursos e conexões

Viviane de Souza Lima⁵⁸

Resumo:

Este artigo se propõe a evidenciar como o movimento brasileiro em apoio às independências africanas, criado na década de 1960, conseguiu formatar uma rede de solidariedade aos movimentos nacionalistas africanos, principalmente, o MPLA, e dar maior visibilidade à luta de independência nas colônias portuguesas, principalmente em Angola. O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) reuniu brasileiros, africanos e portugueses antissalazaristas e atuou, principalmente, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O MABLA foi um movimento de configuração móvel que reuniu apoiadores de diversas tendências ideológicas em torno de um projeto comum: a defesa da independência dos povos africanos.

Palavras-chave: Luta de independência. África. Relações Brasil-África. Angola. Portugal. Colonialismo.

⁵⁸ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Abstract:

This text aims to show how the Brazilian movement in support of African independence, created in the 1960s, was able to shape a network of solidarity with the African nationalist movements, especially the MPLA, and give greater visibility to the struggle for independence in the Portuguese colonies, mainly in Angola. The Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) brought together Brazilians, Africans and Portuguese anti-Salazarists and worked mainly in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. MABLA was a movement of mobile configuration that brought together supporters of diverse ideological tendencies around a common project: the defense of the independence of the African peoples.

Keywords: Struggle for independence. Africa. Brazil-Africa relations. Angola. Portugal. Colonialism.

Introdução

As ligações entre o Brasil e o continente africano remontam a um passado de intensa circularidade de pessoas e ideias. Os deslocamentos forçados durante o período do tráfico transatlântico de escravos proporcionaram trocas e deixaram marcas na cultura brasileira. O fim do tráfico e, posteriormente, o colonialismo europeu na África reduziram⁵⁹ os contatos diretos entre as duas margens do Atlântico. A África assumiu um lugar simbólico que se refletia na história e cultura brasileiras.

O início da luta de libertação nacional em Angola, em 1961, e a estratégia dos movimentos nacionalistas africanos de buscar apoios internacionais que fortalecessem a luta contra o colonizador resultaram em um novo momento de contatos entre Brasil e África. Os governos de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961) e de seu sucessor, João Goulart (1961 a 1964), fizeram esforços para instituir uma política africana dentro da política externa brasileira. Diante do aumento do número de nações africanas independentes, o Brasil estava de olho em novos mercados para produtos industrializados e em aumentar sua influência geopolítica entre países ditos em desenvolvimento.

Mas o movimento da política externa brasileira rumo à África tinha à frente um obstáculo a vencer: o apoio histórico do Brasil a Portugal. Na década de 1960, Portugal era o último país a manter a ocupação ilegal de territórios africanos, mesmo enfrentando uma pressão mundial, principalmente na Organização das Nações Unidas (ONU).⁶⁰ Para pressionar o governo brasileiro a romper a aliança com Portugal, setores da sociedade civil brasileira criaram o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA). O movimento atuou nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e reuniu, principalmente, brasileiros; portugueses antissalazaristas exilados; e africanos, em sua grande maioria, estudantes angolanos bolsistas.

Como estratégia de articulação, o MABLA criou ações midiáticas e efetivas para sensibilizar a opinião pública brasileira a apoiar a luta de independência das colônias portuguesas em África, principalmente em Angola. A partir da pressão popular, o objetivo era

⁵⁹ Intelectuais e líderes religiosos africanos defendiam, no início da década de 1950, a existência contínua de laços contemporâneos fortes entre a Bahia e a África Ocidental. Muitos deles, por exemplo, mantiveram conexões com agudás até a Segunda Guerra Mundial e renovaram esses laços na década de 1950. Eles reivindicavam a Bahia como a capital de uma celebrada *africanidade* brasileira (ALBERTO, 2011, p. 145).

⁶⁰ Na década de 1960, o bloco de países afro-asiáticos conquistava mais assentos na ONU e pressionava os demais países membros, entre eles o Brasil, a votar a favor de resoluções que condenavam Portugal por manter colônias em África e pela repressão contra os africanos que lutavam pela liberdade.

levar o governo brasileiro a romper publicamente com Portugal e seu sistema colonial⁶¹ e manifestar apoio às independências e à autodeterminação das colônias portuguesas em África.

Sob o *guarda-chuva* do MABLA, atuaram três grupos e militantes: dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro.⁶² Havia em São Paulo o grupo de militantes pró-independência africana composto, principalmente, por portugueses antissalazaristas ligados ao jornal *Portugal Democrático* (PD)⁶³ e estudantes associados à União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. O jornalista português Miguel Urbano Rodrigues e o brasileiro Sylvio Band foram os principais articuladores desse coletivo.

Outro grupo do MABLA radicado em São Paulo e o coletivo criado no Rio de Janeiro foram articulados, respectivamente, por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira. Ambos estudaram em Portugal e foram associados à Casa dos Estudantes do Império (CEI),⁶⁴ onde tiveram os primeiros contatos com importantes nomes do nacionalismo africano.⁶⁵

A criação de um movimento brasileiro de apoio às independências e à autodeterminação das colônias portuguesas foi gestada a partir da identificação de seus militantes com o ideal de liberdade dos africanos. Ao se colocarem ao lado dos africanos na luta contra Portugal, os ativistas *atualizavam* a ligação sentimental (memória) com a África e,

⁶¹ Até o governo de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), o Brasil manteve o apoio ao sistema colonial de Portugal, com algumas tentativas de distanciamento. O *lobby* da comunidade portuguesa, os laços afetivos com a ex-metrópole e as pressões econômicas feitas por Portugal demoviam o país a assumir uma postura mais incisiva contrária ao colonialismo.

⁶² Importante mencionar que, durante a pesquisa realizado no mestrado, não tivemos a preocupação de descobrir a qual grupo compete a autoria do nome MABLA, visto que não encontramos fontes suficientes (como por exemplo, atas ou termo de fundação) que permitissem chegar a essa conclusão. Metodologicamente, optamos por identificar os grupos anticoloniais que se identificaram como MABLA levando em consideração o fato de que ex-militantes do movimento, cujos depoimentos foram consultados, se reconhecem, na atualidade, enquanto tal. Buscamos, contudo, ao longo deste artigo, evidenciar as diferenças nos modos de agir de cada um dos grupos e ainda seus principais colaboradores.

⁶³ O jornal *Portugal Democrático* circulou de 1956 a 1975. O periódico reuniu portugueses exilados em São Paulo que se opunham ao regime fascista do Estado Novo Português. Em sua linha editorial, o impresso defendia a liberdade e a democracia para o povo português.

⁶⁴ O objetivo da CEI era contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da *portugalidade* entre os estudantes das colônias portuguesas em África. Mas cedo a CEI se revelou em um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial e de mobilização a favor da autonomia e da valorização das culturas dos povos colonizados. A primeira CEI foi criada em Lisboa em outubro de 1944. Em dezembro de 1944, foi inaugurada a delegação da CEI em Coimbra. A Delegação do Porto surgiu em 1959. Pela CEI, passaram os principais líderes das independências das colônias, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, entre outros. A CEI é extinta em 1965.

⁶⁵ Na pesquisa do historiador José Francisco dos Santos (SANTOS, 2010) sobre o MABLA, ele considera os grupos de ativistas de Fernando Augusto Albuquerque Mourão e de José Maria Nunes Pereira como parte de um mesmo coletivo. Na pesquisa realizada por durante o mestrado (2017) que resultou neste artigo e, principalmente a partir de entrevistas com o professor Fernando Mourão, consideramos que embora Mourão e Pereira fossem muitos próximos e tivessem contatos frequentes, a própria característica do MABLA imprimia uma certa autonomia às ações dos grupos dos dois brasileiros. Por isso, optamos por considerar nesta pesquisa como dois coletivos distintos que faziam parte do movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

instintivamente, colocavam-na a agir (ação). Segundo Bergson (1971, p.248), a memória tem um destino prático, realiza a síntese do passado e do presente visando ao futuro, contrai os momentos passados para dele se “servir” e para que isso se manifeste em ações interessadas.

O ativismo dos militantes do MABLA a favor das independências das colônias assimilou a ideia de que o Brasil era diferente das outras nações – e melhor – em razão de seu passado de ex-colônia e pelos níveis de penetração das influências africanas em sua cultura. Desta forma, os militantes do MABLA cobravam do governo brasileiro uma responsabilidade histórica em mostrar solidariedade efetiva aos movimentos nacionalistas africanos.

Brasileiros associados à Casa dos Estudantes do Império (CEI) se tornam militantes anticolonialistas no Brasil

Os brasileiros Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira tiveram o primeiro contato com as ideias nacionalistas africanas na CEI. Fernando Mourão tinha 21 anos, era estudante de Direito e se associou à CEI de Coimbra, em 1955. Posteriormente, transferiu-se para a sede de Lisboa. Pereira tinha 19 anos, era estudante de Medicina no Porto e se ligou à CEI em 1956.

A *reafricanização* dos espíritos que romperia com a assimilação, da qual falava Mário de Andrade (1973, p. 17-18 apud BITTENCOURT, 1999, p. 155), contagiou Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira. Embora de ascendências portuguesas,⁶⁶ como brasileiros, ambos se sentiram mais identificados com a luta dos africanos que tentavam se livrar do domínio de Portugal, assim como ocorreu com o Brasil em 1822. Em entrevista ao programa “Trajetória”, da TV USP, Mourão tentou explicar o porquê dessa conexão imediata com os colegas africanos com os quais conviveu na CEI:

O interesse dos estudantes portugueses era só com a sua vida nas aldeias e aquilo não me dizia absolutamente nada. E encontrei casualmente da parte desses africanos uma maneira de ser, uma maneira de viver muito próxima daquilo que me encantava como proposta de vida.⁶⁷

No discurso de Mourão está claro que ele confere um valor afetivo superior às relações históricas, culturais e afetivas entre brasileiros e africanos do que as ligações entre brasileiros e portugueses. Provavelmente, a declaração de Mourão também reflita o pensamento muito

⁶⁶ Fernando Mourão é filho de pai brasileiro e sua mãe é natural da ilha de São Tomé, capital de São Tomé e Príncipe. O avô materno era português. José Maria Nunes Pereira é filho de imigrante português e sua mãe é brasileira.

⁶⁷ Entrevista Fernando Mourão. TV USP. Acesso em: 01/05/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JEt6RFB5jYY>>. Acesso em 02/04/2017.

ênfatisado à época pelos nacionalistas africanos de que o Brasil tinha muito mais em comum com o povo africano por ter sido também colônia de Portugal.

Desde a sua criação em 1944, até a sua extinção em 1965, passaram pela CEI várias gerações de estudantes. Mourão e Pereira integravam a chamada geração “Nova Vaga” que reunia associados nos anos de 1954 a 1961. Foi um período em que chegava à CEI um número cada vez maior de jovens mestiços e negros oriundos das colônias. Segundo Fernando Mourão (1991-1992, p. 60), esses jovens africanos recém-chegados refletiam a princípio o quadro cultural que o sistema de ensino colonial permitia, com suas contradições, com um sentimento de ambiguidade com relação ao poder da metrópole e totalmente carentes de conhecimentos de sua própria história.

Mourão afirma que naquela época os estudantes oriundos das colônias que chegavam à CEI estavam “à cata de princípios identificadores” que forjariam as ideias nacionalistas. Na busca da produção de sentido do *ser africano*, diferente do ser português, e diferente entre si, a CEI se transformou em um espaço de busca de conhecimentos e da própria identidade.

A questão da identidade era central para os jovens estudantes africanos e, para o atingir, tornava-se necessário aprofundar o quadro dos estudos em torno do continente africano, quer no plano da redescoberta das culturas tradicionais, quer no plano das sociedades africanas modernas, entre estas algumas já independentes (MOURÃO, 1991-1992, p. 60).

Na construção desse conhecimento, Fernando Mourão teve um papel importante. Na CEI de Coimbra, Mourão se dedicou a prover a biblioteca da Casa de livros sobre o continente africano realizando para isso inúmeros contatos com universidades e outras entidades espalhadas pelo mundo que pudessem colaborar com a doação de material.

Em Lisboa, para onde se transferiria em 1957, Mourão fez parte da seção editorial da CEI. Em 1960, como diretor da Seção de Estudos Ultramarinos, foi um dos principais articuladores da *Coleção Autores Ultramarinos*, que publicou importantes escritores africanos como José Craveirinha, Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto, Luandino Vieira, entre outros (CASTELO, 2015).

A convivência com os estudantes africanos na CEI também impactou a trajetória de José Maria Nunes Pereira. Assim como Mourão, além de se tornar um militante da causa das independências africanas, Pereira ampliou seus estudos sobre o continente africano. Em depoimento aos historiadores Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, em 2006, ele afirma

que começou a se “africanizar” ao compartilhar com os alunos vindos das colônias a busca por conhecimentos sobre a África.

O presidente da Casa dos Estudantes do Império, que era caboverdiano, dizia: ‘Põe aquele branquinho brasileiro para ensinar aos miúdos história da África. Porque ele lê muito.’ (...) Então ali eu comecei a sistematizar o estudo de África, comecei a me kafrializar. Kaffir é uma palavra árabe que significa “negro”. Nas colônias, kafrializado (...) é o branco que tem vida de negro, mora no interior, tem filhos mulatos, e nunca chega a ter dinheiro para voltar à metrópole, casar com uma branca (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 125).

A intensa atividade recreativa, cultural e intelectual promovida nas sedes da CEI (encontros desportivos, bailes, matinês dançantes, farras de sábado, almoços, jantares, colóquios, conferências, exposições, sessões de cinema e de música, concursos literários) criou um ambiente de fortalecimento dos vínculos de amizade entre africanos e demais alunos solidários à luta independentista. Mourão e Pereira relatam, respectivamente, como essa experiência os marcou:

O enfoque da *africanidade* e no conhecimento social do homem, em termos universais, surgiam em conjunto. Angolanos, moçambicanos, são-tomenses, guineenses e cabo-verdianos, juntamente com alguns portugueses, indianos e brasileiros, participaram desse sonho: o reconhecimento da cultura africana, dos caminhos para uma autonomia literária (...), da busca da *africanidade* (MOURÃO, 1991-1992, p. 60).

(...) a Casa foi muito importante, na medida em que criou um caldo de cultura, de convivência, de engajamento ideológico de pretos, mestiços e brancos no geral (...). De certa forma agregou, facilitou uma certa homogeneidade na consciência nacional, não digo independente de ser branco, mestiço ou preto, mas apesar de se ser e com o fato de se ser preto, mestiço e branco, ela homogeneizou, (...) antes da formação, a socialização (...) (PEREIRA apud BITTENCOURT, 1999, p. 157).

As relações pessoais mantidas por Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira nos tempos da CEI também foram fundamentais para que eles decidissem retornar ao Brasil como agentes de divulgação da luta de libertação nacional em África e ajudassem a criar os grupos de ativismo pró-independências africanas nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente.

Fernando Mourão afirma que os contatos com os angolanos Agostinho Neto e Mário de Andrade influenciaram a sua decisão de se tornar ativista anticolonial. Segundo Mourão, foi durante uma conversa sua em Lisboa com Andrade que surgiu o projeto de criar uma representação não oficial do MPLA no Brasil. A ideia era formar uma célula secreta que

pudesse coordenar o trabalho de divulgação da luta de independência dos angolanos e as ações para angariar apoios financeiro e político ao MPLA.⁶⁸

De volta ao Brasil em 1961, Mourão relata que criou a célula ultrassecreta com a participação de “dois argelinos, um camaronês, dois angolanos e tinha um outro aí...”⁶⁹. Mourão afirma não se recordar mais dos nomes desses militantes. Questionado sobre o porquê de manter o grupo secreto para os demais ativistas pertencentes ao movimento, Mourão enumera três motivos: não suscitar a rivalidade entre os militantes; ampliar a rede de colaboradores; e não atrair a atenção das autoridades policiais para a atividade dos grupos.

Chegamos à conclusão que tinha muita gente aqui que era favorável (às independências africanas), mas díspares e que nós não queríamos encontrar uma proposta política ou ideológica que congregasse gente tão diferente. E como a ideia não era ter uma coisa rígida, tipo pirâmide, chefia, representantes... deixamos o movimento de uma forma mais autoespontânea que tomou feições segundo a cabeça dos vários grupos que passaram a atuar. (...) É que nesse ambiente, nós não podíamos falar por causa das autoridades policiais. Por outro lado, se os outros (ativistas) soubessem que existia (a célula), sem que a gente falasse, eles iam falar: “Ah, é o cara das células que estão no comando”. Então, nós resolvemos que pra podermos agir em todos os meios, agíamos como pessoas. Nunca em nome da célula. A célula foi mais um lugar em que nós trocávamos ideias pra chegar a coisas ponderadas e, quando precisávamos, convidávamos um ou outro, também meio ponderado, para participar de nossas reuniões sem saber que aquilo era a célula.⁷⁰

A partir da fala de Mourão, podemos analisar algumas informações que merecem ser destacadas. Em seu discurso, Mourão deixa transparecer que o seu grupo tinha o propósito de tentar controlar as ações de ativistas considerados mais radicais. Também podemos inferir que a estratégia de despersonalizar o movimento era um recurso para evitar cisões e atrair um número maior de apoiadores. Mourão acrescenta que a dificuldade de comunicação com os dirigentes do MPLA, à época, exigiu dos grupos do MABLA mais autonomia no planejamento e execução de suas ações.

Muitas coisas que a gente fez aqui em nome do movimento (MPLA), o movimento nem sabia. Nós íamos nos comunicar como? A correspondência era vigiada, se mandasse telegrama, era tudo visto. Só quando um ou outro ia para aqueles lados é que se podia mandar um documento, uma coisa qualquer.⁷¹

⁶⁸ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

⁶⁹ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP

⁷⁰ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

⁷¹ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

A declaração de Mourão evidencia que os ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas recebiam estar sendo vigiados pela polícia brasileira e pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) de Portugal. Em nossa pesquisa de mestrado, evidenciamos a atuação no Brasil de agentes da PIDE registrando em relatórios enviados à sede da PIDE em Portugal e à Embaixada de Portugal no Brasil as atividades de integrantes do MABLA (LIMA, 2017, p. 138-159).

Para evitar a interceptação de cartas ou de outros documentos, os militantes do MABLA não guardavam papéis referentes às atividades realizadas em torno da militância. Fernando Mourão também destaca o caráter informal das reuniões dos grupos do movimento, sem que qualquer documento fosse redigido.⁷²

A existência de uma célula secreta do MPLA representada pelo grupo de Mourão é uma informação que não conseguimos confirmar com outros entrevistados para essa pesquisa. Mas em uma palestra proferida por José Maria Nunes Pereira, em 2007, no Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas, ele destacou o papel de Fernando Mourão como agente de ligação, no início da década de 1960, entre os ativistas defensores das independências das colônias portuguesas em África e a cúpula do MPLA. “Mourão era um dirigente do MPLA, era uma espécie de comissário. Aquele que trazia as orientações.”⁷³

Segundo depoimento de José Maria Nunes Pereira, Fernando Mourão, que ao chegar no Brasil vindo de Portugal conseguiu emprego de jornalista do *O Estado de S.Paulo*, também fornecia suporte ao grupo de ativistas do Rio de Janeiro. “Então, a gente queria qualquer coisa, um telefonema pra Lisboa, uma comunicação rápida, vinha a São Paulo, ia ao Mourão e o Mourão intermediava isso.”⁷⁴ Na entrevista já referenciada, Pereira afirma que o MPLA tinha no Brasil dois *bureaus*: um no Rio e outro em São Paulo.

A partir dos discursos de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira, podemos inferir que ambos marcam uma diferença entre seus respectivos grupos e o coletivo ligado ao jornal *Portugal Democrático*. Os grupos de Mourão e Pereira tinham uma participação maior de africanos e de brasileiros. Já o grupo do *Portugal Democrático* era articulado pela oposição portuguesa antifascista residente no Brasil e apoiadores.

⁷² Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

⁷³ Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.

⁷⁴ Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.

A falta de consenso do núcleo de oposição portuguesa exilado no Brasil sobre a defesa do fim do colonialismo português podia ser um motivo para ressalvas de Mourão e de Pereira. Alguns opositoristas, embora fossem antissalazaristas, não eram anticolonialistas.

Na sua trajetória como militante, José Maria Nunes Pereira também teve uma relação próxima com nacionalistas africanos. Em retrospectiva, ele afirma que, em Portugal, era agente de ligação entre o Partido Comunista Português (PCP), a esquerda social democrática e os movimentos de libertação. “Eu era um branquinho, passava direitinho (nas viagens de missão), ia em Lisboa, ia em Porto...”.⁷⁵ Segundo Pereira, ele foi ameaçado de ser detido pela PIDE por conta dessa atividade política. Para escapar da prisão, ele deixou a cidade do Porto em novembro de 1961 em direção ao Brasil.

(...) eu estava envolvido no processo de organizar de fugas para brancos que quisessem desertar da guerra de Angola. Eu já (estava) na semiclandestinidadade, e meu padrinho, Serafim Tavares, um português comerciante amigo de papai, junto com nosso cônsul (brasileiro) no Porto, me botaram num cargueiro inglês para o Brasil (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 126).

A declaração evidencia que Pereira atuava na rede de contatos que ligava Lisboa e Angola. Infelizmente, em sua entrevista, ele não dá mais detalhes de como funcionavam essas rotas de deserção de portugueses da guerra em Angola. Quando retornou ao Brasil, José Maria Nunes Pereira já estava noivo da benguelense Constância Filomena Ramos da Cruz Nunes Pereira, que também era estudante em Portugal e com quem compartilhava a luta pelas independências africanas.

Segundo Pereira, Filomena era parente de Mário Pinto de Andrade e foi no apartamento do casal que foi criado em 1962 o *bureau* não oficial do MPLA no Rio de Janeiro. No local, eram realizadas reuniões de planejamento das ações do grupo de ativistas anticoloniais (ALBERTI; PEREIRA, 2007a, p. 128).

O imóvel também serviu de abrigo provisório para nacionalistas africanos que chegavam ao Brasil como bolsistas, como os angolanos José Lima de Azevedo e Paulo Matoso, do MPLA; e o guineense Fidelis Cabral, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).⁷⁶ A residência também possuía uma inédita e rica biblioteca

⁷⁵ Palestra de José Maria Nunes Pereira, intitulada “Estado atual dos estudos africanos na Europa e Américas. Caso especial: Brasil”. Projeto Ciclo de Encontros de Estudos Africanos no Brasil: memórias de seus protagonistas. Casa das Áfricas. 2007.

⁷⁶ Fidelis Cabral foi um dos bolsistas africanos contemplados com bolsas de estudos custeadas pelo governo de Jânio Quadros. O programa de bolsas para africanos foi uma das ações da política africana de Jânio Quadros. Fidelis, que era militante do PAIGC, se formou em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Após a

com livros sobre África. No Brasil, José Maria Nunes Pereira se tornou um ativista em tempo integral da independência africana.

Oposição portuguesa se une a estudantes paulistas

Assim como ocorreu com os grupos formados por Fernando Mourão e por José Maria Nunes Pereira, a criação do terceiro grupo de militantes do MABLA se deve a uma intensa circularidade das ideias nacionalistas africanas entre Brasil, Portugal e África. O grupo foi criado em São Paulo a partir da articulação entre portugueses antifascistas e anticolonialistas; e estudantes universitários paulistas. O coletivo se beneficiou, principalmente, de uma rede de contatos em torno do jornal *Portugal Democrático* para divulgar suas ideias.

O *Portugal Democrático* foi criado em 1956 em São Paulo por imigrantes que se organizavam politicamente em torno do Centro Republicano Português, única associação da colônia portuguesa que fazia oposição à ditadura de Salazar. Os opositoristas portugueses eram, em sua grande maioria, intelectuais, jornalistas e professores que deixaram Portugal e vieram ao Brasil fugindo da repressão do Estado Novo português (SILVA, 2000, p. 9).

Segundo Douglas Mansur da Silva (2000, p. 9), o *Portugal Democrático* foi mais que um jornal, sendo também parte integrante e um dos principais dinamizadores de um movimento – que se tornará internacional – de resistência ao Salazarismo. Mas foi somente a partir de 1961, quando teve início a guerra de libertação nacional em Angola, que o jornal defendeu, de forma mais contundente, o fim do colonialismo.⁷⁷

Um dos principais articuladores do grupo do movimento brasileiro em apoio às independências africanas ligado ao *Portugal Democrático* foi o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues. Ele chegou ao Brasil em 1957, aos 32 anos, após pedir demissão, juntamente com outros jornalistas portugueses,⁷⁸ do periódico *Diário Ilustrado* por discordar da linha editorial favorável ao governo de António de Oliveira Salazar (1889-1970).

No Brasil, Urbano Rodrigues foi admitido como jornalista do *O Estado de S. Paulo* por indicação do escritor português Jaime Cortesão, também exilado. A atividade no *Estadão* se transformou em vitrine para as críticas de Urbano Rodrigues ao governo de Oliveira Salazar e

independência de Guiné-Bissau, em 1973, ele ocupou o cargo de ministro da Justiça e depois seguindo em outros cargos na gestão.

⁷⁷ Como já evidenciado neste artigo, a posição anticolonialista não era unânime dentro do núcleo de opositores portugueses exilados no Brasil. Figuras proeminentes como o capitão Henrique Galvão, autor do sequestro do navio Santa Maria, defendiam que o povo africano não tinha maturidade política para se autogovernar.

⁷⁸ Além de Miguel Urbano Rodrigues, vieram como exilados ao Brasil Victor da Cunha Rêgo (ligado ao Partido Socialista Português) e João Alves das Neves. Eles se juntaram a Carlos Maria de Araújo, João Santana Mota e Paulo de Castro (pseudônimo de Francisco de Barros Cachapuz) que já estavam no país (SILVA, 2000, p. 27-28).

chamou a atenção da oposição portuguesa radicada no Brasil e ligada ao jornal *Portugal Democrático*. Urbano Rodrigues foi convidado a escrever para o periódico. Ele passou pelo jornal em dois momentos: entre 1958 e 1959 e de 1963 até 1975, quando o periódico encerrou suas atividades (RODRIGUES, 2002).

Em sua militância antifascista no Brasil, Urbano Rodrigues esteve envolvido em um dos episódios mais importantes na luta contra o regime fascista de António de Oliveira Salazar: o sequestro do navio português Santa Maria, no dia 22 de janeiro de 1961, pelo capitão português Henrique Galvão, do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL). Na chamada Operação Dulcinéia, Galvão e seus aliados, que haviam embarcado clandestinamente, tomaram o comando do navio português em águas caribenhas e o levaram até Recife, no Brasil, onde Urbano Rodrigues, na função de jornalista do Estadão, se juntou ao grupo, na companhia do fotógrafo Antônio Lúcio, no dia 30 de janeiro de 1961 (RODRIGUES, 2002, p. 204-207).

No navio, Urbano Rodrigues se dividiu entre a função de jornalista e a de colaborador do DRIL. A aventura do Santa Maria acabou em Recife após Henrique Galvão e seus aliados conseguirem o apoio do recém-eleito presidente do Brasil, Jânio Quadros. A embarcação foi entregue à Marinha brasileira e os militantes do DRIL recebidos em terra como exilados políticos. Urbano Rodrigues continuou seu ativismo no DRIL, mas rompeu com Henrique Galvão que, embora antissalazarista, tinha posição colonialista.

Em seu livro de memórias, o jornalista relata que decidiu viajar para Conakry, em fevereiro de 1961, para fazer contatos com a cúpula do MPLA e do PAIGC (RODRIGUES, 2002, p. 221). Em sua autobiografia, Rodrigues afirma que foi após os encontros com Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Hugo de Menezes, do MPLA; e com Amílcar Cabral, do PAIGC que teve a ideia de criar no Brasil um movimento em apoio às independências africanas (RODRIGUES, 2002, p. 222).

Ao regressar a São Paulo, em abril de 1961, ele escreveu um artigo no *Estadão* e lançou uma campanha de solidariedade com a luta do povo de Angola (RODRIGUES, 2004, p. 19). Na mesma época, o jornalista português também se aproximou do Partido Comunista Português (PCP) e voltou a colaborar, pela segunda vez, com o jornal *Portugal Democrático*.

Em seu artigo no *Estadão*, Urbano Rodrigues denunciou o colonialismo português e apelou à sociedade brasileira para apoiar os movimentos nacionalistas africanos.

Chamei em primeiro lugar a atenção para uma realidade quase desconhecida: no continente africano estava em desenvolvimento uma nova guerra colonial. Esboçado o quadro, sublinhei que o povo brasileiro não podia permanecer

indiferente perante esse conflito. Os massacres em curso em Angola eram o prólogo de uma guerra prolongada que envolveria o conjunto das colônias portuguesas em África. A solidariedade do Brasil para com esses povos respondia a uma exigência da história por laços culturais existentes. Durante três séculos, e consequência do tráfico de escravos, as relações de Angola com o Brasil haviam sido mais íntimas do que as mantidas com Portugal (RODRIGUES, 2004, p. 21).

A estratégia usada por Urbano Rodrigues em seu texto era embasada no discurso das ligações históricas e culturais e tinha como objetivo trazer a África contemporânea para mais perto dos brasileiros. A campanha do jornalista português recebeu apoio imediato de estudantes universitários, organizações sindicais e intelectuais de esquerda paulistas. Como resultado, foram sendo redigidos coletivamente comunicados, cartas dirigidas às Nações Unidas, ao governo de Salazar e à embaixada de Portugal no Brasil condenado a guerra colonial em Angola (RODRIGUES, 2004, p. 21).

Segundo Rodrigues, o terceiro grupo do MABLA surgiu com o objetivo de criar uma estrutura que imprimisse a esse sentimento inicial de solidariedade despertado entre os brasileiros um caráter permanente. Ele afirma que a maioria dos ativistas do MABLA era de estudantes universitários. “Uns militavam em partidos de esquerda, outros trabalhavam como repórteres no *O Estado de S.Paulo* e concluíam os seus cursos na Universidade de São Paulo. Todos então se assumiam como marxistas” (RODRIGUES, 2004, p. 73). De acordo com o jornalista português, algumas reuniões de planejamento das ações do grupo anticolonial eram realizadas em sua própria casa e entravam pela madrugada.

O engenheiro Sylvio Band, à época estudante de engenharia e diretor de cultura do Grêmio da Politécnica da USP, bem como responsável pela área internacional da UEE, afirma que conheceu Miguel Urbano Rodrigues em uma palestra no anfiteatro da Escola Politécnica da USP. O jornalista português havia sido convidado para tratar sobre a atividade da oposição portuguesa exilada no Brasil e a situação de Angola. O encontro proporcionou ao jovem brasileiro, que seria um dos fundadores do MABLA, o primeiro contato com o tema da luta de independência em África.⁷⁹

Sylvio Band confirma que o MABLA surgiu a partir da identificação de jovens estudantes paulistas com a luta da oposição portuguesa radicada em São Paulo contra a ditadura salazarista. A defesa das independências das colônias africanas foi uma bandeira assumida, principalmente, a partir do contato dos estudantes com Urbano Rodrigues e outros anticolonialistas. “A minha adesão e a minha integração ao movimento revolucionário

⁷⁹ Entrevista da autora com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.

português antifascista e anticolonialista começou por essa amizade com o Miguel.”⁸⁰ A partir do discurso de Band, é importante reforçar a importância das relações interpessoais para a ampliação da rede de colaboradores do movimento brasileiro em defesa das independências africanas.

Do ponto de vista ideológico, compreendemos que o discurso antifascista e anticolonialista dos democratas portugueses encontrou eco no movimento estudantil porque se inseria no debate em voga à época que era a luta contra o imperialismo, principalmente, representado pelos Estados Unidos e por outras nações capitalistas. Segundo Urbano Rodrigues, “declarar-se de esquerda, marxista e revolucionário era quase uma exigência para aqueles jovens brasileiros” (RODRIGUES, 2004, p. 73). Dentro desse contexto, muitos se identificavam com o movimento comunista internacional. Os governos socialistas em Cuba, na China e na União Soviética recebiam apoios e eram, constantemente, temas de debates, principalmente, nas universidades.

Segundo Sylvio Band, no desempenho de sua atividade, o MABLA se beneficiou diretamente da rede de contatos do *Portugal Democrático* com elementos da oposição portuguesa de outros estados e de outros países.⁸¹ Assim como os outros grupos de ativistas ligados a Fernando Mourão e a José Maria Nunes Pereira, Sylvio Band afirma que o grupo anticolonial ligado ao jornal atuava, principalmente, para pressionar o Estado brasileiro a apoiar a independência das colônias e criar uma rede de contatos que pudesse fornecer ajuda financeira e outros suportes aos militantes do MPLA e ao povo angolano. “Então, fundamentalmente, agimos para arregimentar apoios políticos para a causa anticolonialista.”⁸²

⁸⁰ Entrevista da autora com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.

⁸¹ Segundo Douglas Mansur da Silva (2000, p. 73 e 74), no Rio de Janeiro, o núcleo antissalazarista, que já se encontrava formado, estreitou seu relacionamento com o *Portugal Democrático*. Outros núcleos são formados em Niterói, Porto Alegre, Fortaleza. O primeiro núcleo internacional a se constituir e a compor essa rede foi o da Venezuela. Seguiram-se os da Argentina e da França. No início de 1960, integram-se núcleos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, no Brasil e, internacionalmente, os do Canadá (Toronto e Montreal), Inglaterra e Tchecoslováquia. Até o fim desse ano, os de Salvador (Brasil) e do Uruguai. Em 1961, os de Pelotas (Brasil) e da União Sul-Africana. Em 1962, os de Duque de Caxias e Recife (Brasil). Em 1963, Curitiba e Londrina (Brasil). Em 1964, o da Holanda. E em 1965, o da Bélgica. A partir de então, a rede se estabilizou e, aos poucos, tornou-se mais intensificada internacionalmente, estendendo-se à Alemanha e à Austrália, além das colônias portuguesas em África, perdendo-se, aos poucos, muitos dos contatos com núcleos internos ao Brasil.

⁸² Entrevista da autora com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015.

Os desafios, as estratégias e as alianças no contexto da militância a favor das independências africanas

Embora a África despertasse grande interesse no Brasil, no início da década de 1960, os grupos anticoloniais brasileiros enfrentaram dificuldades para levar à frente o plano de conquistar o apoio da sociedade brasileira. Um dos desafios era o desconhecimento da sociedade brasileira sobre a realidade contemporânea da África, principalmente, das colônias portuguesas. Nesse sentido, os ativistas dos grupos pró-independências africanas tiveram que fazer de sua militância um instrumento de luta com um viés pedagógico.

No trabalho de conscientização e de sensibilização sobre o problema do colonialismo português, os grupos de ativistas do movimento brasileiro em apoio às independências africanas apresentaram maneiras distintas de agir. Fernando Mourão reivindica para o seu grupo, dentro do qual, segundo ele, funcionava uma célula secreta do MPLA no Brasil, uma posição mais ponderada. Segundo ele, o objetivo do seu coletivo era buscar o apoio de diferentes setores da sociedade brasileira, de posições ideológicas de esquerda e de direita.

Eu sempre percebi que o Brasil era e é muito conservador. Eu nunca acreditei muito na força da esquerda. Então, para mim, o que me interessava era o apoio do Estado brasileiro, nem era do governo, era mesmo do Estado brasileiro à causa da libertação. (...) É importante sindicato, esquerda, mas não só. Porque pra nós, a independência não era um problema de esquerda ou de direita. Era um problema nacionalista.⁸³

Em retrospectiva, Fernando Mourão afirma que sua estratégia era romper as resistências de setores que não viam com bons olhos a influência comunista na esquerda, mas estavam dispostos a apoiar a luta de libertação nacional em África. “Porque a maneira de nos destruir era dizer que éramos comunistas e pró-soviéticos. Eu sempre disse que o que me interessa era o Estado.”⁸⁴

Os grupos anticoloniais ligados ao jornal Portugal Democrático, em São Paulo, e ao sociólogo José Maria Nunes Pereira, no Rio de Janeiro, focaram a atuação nos movimentos estudantis, sindicatos, políticos e intelectuais de esquerda. É importante evidenciar que as ações dos coletivos que atuavam sob a sigla do MABLA eram resultado, quase sempre, do voluntarismo e da boa vontade de seus colaboradores. Embora os seus ativistas mantivessem contatos, não havia um planejamento estratégico coordenado entre eles.

⁸³ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

⁸⁴ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP

O que pudemos perceber no desenvolvimento de nossa pesquisa de mestrado sobre o MABLA foi que os nomes que estavam mais à frente desses grupos do movimento em apoio às independências africanas imprimiam a linha de atuação. A empatia e o ciclo de relações pessoais desses ativistas mais atuantes definiam as alianças que seriam estabelecidas pelos coletivos do MABLA. Ao que nos pareceu, as formas distintas de atuação não eram graves ao ponto de provocar rupturas, mas causavam tensões internas no movimento.

Os grupos anticoloniais de Fernando Mourão e de José Maria Nunes Pereira,⁸⁵ que mantinham uma relação de amizade desde os tempos da CEI, eram mais próximos. Apesar da ligação afetiva entre eles, as realidades distintas de São Paulo e do Rio de Janeiro imprimiram diferenças nos modos de agir de seus coletivos. Já o grupo ligado à oposição portuguesa de São Paulo atuou de forma mais independente com relação aos outros dois. O suporte dado pelo *Portugal Democrático* deu mais autonomia e amplitude a essas ações.

Os protestos mais performáticos realizados em São Paulo pelo grupo ligado ao Portugal Democrático não contavam com a participação de Fernando Mourão. “Quando eram atos extremistas, eu não entrava nessas maluquices. Fecharia alguns canais (de diálogo).”⁸⁶ Mourão afirma que se dedicava mais a contatos de bastidores com representantes de diversos setores da sociedade. “Sempre que o nosso grupo fazia um meeting (reunião), nós convidávamos deputados e políticos da extrema esquerda à extrema direita. E eles apareciam.”⁸⁷

Um dos protestos do grupo de militantes ligados ao jornal *Portugal Democrático* que mais atraiu mídia foi realizado no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, no dia 24 de outubro de 1961, durante um dos jogos da “Seleção de Angola” de hóquei sobre patins que estava participando de uma excursão pelo Brasil. O evento fazia parte do “Festival Portugal, cantando chora os seus mortos em Angola”, promovido pelo Centro Português de Turismo e pela Associação Portuguesa de Desportos de São Paulo, sob o pretexto de arrecadar fundos para as “vítimas da guerra colonial em Angola”.

Antes da partida, ativistas do MABLA e da oposição portuguesa deflagraram, na arquibancada, uma grande bandeira do MPLA, feita às pressas, e volantes com os dizeres: “Abaixo o colonialismo”, “Independência para Angola” e “Abaixo a Ditadura de Salazar”. A ação foi reprimida com violência por mais de 20 agentes do DOPS e da Guarda Civil de São

⁸⁵ Na carreira acadêmica, os dois também se encontraram. Fernando Mourão foi orientador de José Maria Nunes Pereira no mestrado e no doutorado em Sociologia pela USP.

⁸⁶ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

⁸⁷ Entrevista da autora com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

Paulo que estavam na segurança do jogo. Miguel Urbano Rodrigues, que participou do protesto, relembra o episódio.

Um dos inspetores (DOPS), conhecido pela alcunha de Careca, sentou-se na fila abaixo da minha e fitava-me provocador, como que a dizer: “agora não podes fazer nada!” Verificando que a Dora (Meari) e o Paulo Matoso (angolano integrante do MABLA) hesitavam, ergui-me e bradei: “Liberdade para Angola, independência para Angola!” A bandeira foi desfraldada e o Ginásio transformou-se instantaneamente num campo de batalha (RODRIGUES, 2004, p. 25-26).

Sylvio Band, também presente no ato, lembra que a deputada Conceição da Costa Neves, defensora ferrenha de Portugal, estava no ginásio e tentou agredir Dora Meari e Virgínia Maestri, ativistas do MABLA. “Foi um carnaval. Chamamos atenção. Como eles quiseram partir para a repressão, então o caso ganhou repercussão nos jornais.”



FIGURA 1: Foto publicada na capa do *Portugal Democrático* da manifestação no Ibirapuera no momento em que os militantes do MABLA desfraldaram a bandeira de Angola. Imagem sem crédito.

A oposição e a independência das colônias. *Portugal Democrático*. Ano V, Nº 54, São Paulo, novembro de 1961, Capa.



FIGURA 2: Foto seqüência que mostra a confusão no ginásio Ibirapuera. Militantes do MABLA são quase agredidos por defensores de Portugal. Virgínia Maestri (de blusa escura à direita), do MABLA, é quase presa por um policial. Imagem sem crédito. Portugal Democrático. Ano V, Nº 54, São Paulo, novembro de 1961, Capa.

Miguel Urbano Rodrigues (2004, p. 26) relata que, após o tumulto, o delegado-chefe da operação policial, Alcides Cintra Bueno, liberou todos os jornalistas. O único ativista do MABLA preso na ocasião para prestar depoimento na polícia foi o angolano Paulo Matoso. Acompanhados do deputado socialista Cid Franco,⁸⁸ os militantes do MABLA foram à sede do DOPS em busca de Matoso. Rodrigues conta a cena que presenciaram, antes de Matoso ser liberado:

Passava da meia-noite. Fomos recebidos cortesmente. Numa sala, o Paulo

⁸⁸ À época, Cid Franco protagonizava com a deputada Conceição da Costa Neves um debate acirrado sobre o colonialismo português no continente africano na Assembleia Legislativa de São Paulo. Franco defendia os movimentos de independência africanos e Neves era defensora de Portugal.

estava a ser interrogado por um agente. A cena que presenciamos merece o qualificativo de inesquecível. Sentado frente a uma máquina de escrever, o esbirro repetia, incansável, a mesma pergunta:

— Nacionalidade?

O Paulo, calmo, com a sua voz anasalada, respondia:

— Angolano.

O energúmeno empunhava então uma pesada régua e dava-lhe pancadas na cabeça enquanto comentava:

— Essa nacionalidade não existe. Diga português, seu negro filho da puta! (RODRIGUES, 2004, p. 26).

A violência do agente do DOPS contra o angolano Paulo Matoso expunha não só como a polícia brasileira estava sintonizada com o fascismo e o colonialismo de Salazar, mas, também – talvez até mesmo principalmente – o racismo brasileiro. Assim como fazia o sistema colonial português, os policiais brasileiros negavam o reconhecimento do direito do povo angolano a ter uma nacionalidade e à autodeterminação.

O ato político no Ginásio Ibirapuera deu visibilidade ao grupo do movimento brasileiro em apoio às independências africanas ligado ao *Portugal Democrático*. Na edição de novembro de 1961, o periódico trouxe na capa fotos do protesto no Ginásio Ibirapuera e um editorial intitulado “Fascismo sobre patins”.

A lição que tiramos desses acontecimentos é esta: É preciso prosseguir, sejam quais forem as provocações e partam elas de onde partirem, cada vez mais intransigentemente e sempre dentro daquela inabalável serenidade que é apanágio de quem defende a causa justa na campanha para o desmascaramento do regime de Salazar, do qual o colonialismo é um dos aspectos. Campanha que só terminará no dia em que, derrubada a ditadura fascista, for restabelecida a Democracia em Portugal.⁸⁹

A ação no Ibirapuera também chamou a atenção do governo português para o grupo de ativistas anticoloniais ligado ao Portugal Democrático. Em 1962, em resposta a um ofício do Ministério do Ultramar, com data do dia 5 de fevereiro, a direção da PIDE enumerou as ações do MABLA, com sede em São Paulo, e criado “por elementos comunistas e pró-comunistas com vista a fomentar na opinião pública um clima desfavorável à política ultramarina.”

É ao MABLA que tem sido atribuída a responsabilidade pelas tentativas de distúrbio que, por vezes, se tem verificado em manifestações realizadas no Brasil contra as actuais Instituições Portuguesas, como as verificadas por ocasião da estadia naquele país da selecção de hoquey (sic) em patins de Angola. Encontra-se ainda ligada aos chamados emigrados políticos portugueses que vivem naquele país, encabeçados por Humberto Delgado,

⁸⁹ “Fascismo sobre patins”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 54, São Paulo, novembro de 1961, p. 02.

Henrique Galvão e João Sarmiento Pimentel. Tem promovido reuniões e campanhas de imprensa contra Portugal e a favor dos países que na ONU têm atacado Portugal.⁹⁰

A vinculação do MABLA aos principais opositores do regime de Salazar conferia importância ao movimento. Após o protesto no jogo de hóquei, o MABLA se envolvia em outras ações ousadas. Sylvio Band relata outro episódio, em agosto de 1961, em que ele e os colegas Ricardo Zaratini e Wander Miranda de Carvalho foram a um programa de televisão, gravado no Teatro de Cultura Artística, em que o tema era o “regime salazarista e as províncias ultramarinas” e um dos convidados a falar era o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, simpatizante de Portugal.

Segundo Sylvio Band, a intenção dele e dos companheiros era tumultuar a participação de Carlos Lacerda no programa. Ele relata que os três chegaram a planejar capturar urubus que seriam soltos durante a fala de Lacerda. Mas sem conseguir o “elemento surpresa”, eles pressionaram a produção do programa para que lhes autorizassem a fazer uma intervenção no debate logo após o discurso de Lacerda. Sem terem tido a solicitação atendidas, os ativistas tentaram invadir o palco.

O Zaratini pulou, eu pulei um pouco depois dele. Ele recebeu um pontapé de um segurança e caiu no chão. Eu cheguei a subir, mas quando vi os seguranças, eu pequei e me mandei pela coxia. O (Carlos) Lacerda rindo e dizendo: “Olha, estão querendo fazer arruaça. Os grandes democratas, os comunistas, os socialistas, os janistas, esse é o grupo que está querendo tomar o Brasil. Foi tudo gravado.”⁹¹

A descrição do episódio evidencia que muitas ações realizadas pelo movimento brasileiro em apoio às independências africanas não tinham um planejamento estratégico. O perfil estudantil de muitos dos colaboradores do MABLA imprimia a essas atividades de militância um aspecto mais voluntarista e menos organizado coletivamente.

Aliança com a imprensa para combater o desconhecimento da realidade africana e o *lobby* português

No Brasil, o poderoso *lobby* das colônias portuguesas e sua influência com importantes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro foram os principais obstáculos à atuação

⁹⁰ PIDE para Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. 09/02/1962. Ministério dos Negócios Estrangeiros. PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0022/UI07536

⁹¹ Entrevista da autora com Sylvio Band. São Paulo. 24/11/2015

do movimento brasileiro em apoio às independências africanas, pois ajudavam a disseminar uma visão distorcida da realidade vivida em Portugal durante o Estado Novo.

Segundo o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues, embora à época a maioria dos brasileiros soubesse que Portugal vivia sob o comando de um governo ditador, não circulavam no Brasil informações sobre as ações de resistência ao Estado Novo e tampouco sobre a repressão policial aos críticos ao regime. “Da trágica realidade existente nas colônias, citadas como províncias ultramarinas, não se falava praticamente” (RODRIGUES, 2003, p. 183).

Para reduzir esse desconhecimento e ir de encontro às notícias favoráveis ao regime fascista português “plantadas” nos jornais brasileiros simpatizantes de Portugal, os ativistas pró-independência africana também procuraram a ajuda da imprensa. Selcher (1974, p. 163) afirma que os jornais *O Estado de S.Paulo* e *Última Hora* do Rio de Janeiro foram exceções ao realizar no Brasil campanhas de divulgação da luta de libertação nas colônias portuguesas e mobilizar a opinião pública a apoiar os movimentos nacionalistas a encontrar o apoio que esperavam no país .

No *Estadão*, os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e Fernando Mourão, ativistas contrários ao colonialismo, usufruíam de certa liberdade para escrever textos criticando Portugal e seu sistema colonial por causa da posição antissalazarista de Júlio de Mesquita Filho, diretor do periódico. O jornal se transformou em um importante aliado na campanha desenvolvida pelo movimento brasileiro pró-independência africana até 1964, quando, inicialmente, *O Estado de S.Paulo* apoiou o governo militar.

O jornal *Última Hora*, dirigido por Samuel Weiner, também deu espaço a matérias criticando o colonialismo português e publicou comunicados e entrevistas dos principais líderes dos movimentos nacionalistas. Na edição de 17 de novembro de 1961, o jornal chegou a publicar uma entrevista exclusiva com Mário de Andrade, líder do MPLA. Na entrevista, o angolano enfatizou que a responsabilidade pelo colonialismo português em África não poderia ser colocada apenas na conta de Portugal. Segundo Andrade, a exploração do povo angolano também era resultado da ação de “monopólios internacionais muito poderosos”.

O Ocidente está no banco dos réus perante a consciência africana porque Portugal está sendo ajudado nesta guerra pelas grandes potências da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), como os Estados Unidos, a Grã-

O líder do MPLA se insurgia em suas declarações ao jornal brasileiro contra as manobras do governo português de conseguir o apoio político e militar da OTAN, da qual era membro-fundador, para combater os movimentos nacionalistas africanos em suas colônias (SANTOS, 2009, p. 45-60). Ao *Última Hora*, Mário de Andrade disse que o MPLA desenvolvia três planos sucessivos para provocar a queda de Salazar: guerrilhas em Angola; criação de uma frente unidade de todos os partidos nacionalistas angolanos; e a mobilização da opinião internacional contra Portugal.

O essencial de nossa política exterior consiste atualmente em fazer um apelo a todos os anticolonialistas do mundo para que exerçam pressões sobre os aliados de Portugal (...) para que eles boicotem Portugal sobre os planos econômicos e diplomáticos.⁹³

O apelo do nacionalista angolano fazia parte da estratégia de dar visibilidade à luta de libertação nacional fora da África e conseguir o apoio da comunidade internacional aos movimentos nacionalistas africanos. Mário Andrade expressou em sua entrevista ao jornal brasileiro a clara percepção que o sistema colonial português estava subordinado à lógica sistêmica das correntes mais poderosas do capital oligopolista internacional (SECCO, 2004, p. 76). Portanto, no espaço de disputa entre africanos e portugueses eram refletidos ideologias e interesses de outros países europeus, dos EUA e da URSS.⁹⁴

O grupo ligado ao *Portugal Democrático* também estabeleceu contato direto com dirigentes de movimentos nacionalistas africanos. Os dirigentes Amílcar Cabral e Mário de Andrade chegaram a escrever textos enviados para serem publicados exclusivamente pelo jornal. Essa iniciativa evidencia que as lideranças nacionalistas africanas realmente estavam interessadas em denunciar no Brasil os desmandos de Portugal em seus territórios. A estratégia dava força ao movimento brasileiro em apoio às independências africanas.

Entre o fim de 1960 e início de 1961, o *Portugal Democrático* publicou cinco artigos de Amílcar Cabral que assinou sob o pseudônimo Abel Djassi (RODRIGUES, 2003, p. 185).

⁹² Líder da luta anticolonialista em entrevista exclusiva ao UH: Angola, foco de guerra que ameaça a paz e a segurança internacional. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1961, p. 06. A entrevista foi reproduzida no *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 55, São Paulo, dezembro de 1961, p. 04.

⁹³ Líder da luta anticolonialista em entrevista exclusiva ao UH: Angola, foco de guerra que ameaça a paz e a segurança internacional. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1961, p. 06. Arquivo digital da Biblioteca Nacional.

⁹⁴ Vivia-se uma época em que americanos e russos competiam para projetar sua influência entre os movimentos nacionalistas africanos. Segundo Lincoln Secco (2004, p. 77), na África dita portuguesa, a “evolução” ideológica dos grupos armados na direção de algum tipo de “comunismo nacional” era uma tendência muito forte. “Mesmo, os programas que fundamentaram os partidos guerrilheiros preferiam a velha ideia de nação ao socialismo, que se reduzia a uma mera referência no imbróglio ideológico desses tempos”.

Os quatro primeiros fizeram parte de uma série intitulada “As realidades nas colônias portuguesas na África”. Nos textos, Cabral denunciou o racismo, a marginalização, a exploração e a injustiça de que eram vítimas os africanos.⁹⁵

Cabral também tentou desmontar o discurso de Portugal de que seu projeto para as colônias era fazer delas exemplos de sociedades multiculturais e multirraciais a exemplo do Brasil. Ele denunciou que os africanos, mesmo a mínima parcela que conseguia o estatuto de assimilado, sofriam com a segregação racial, não tinham direito à saúde, à habitação, à educação, e eram submetidos a práticas abusivas como a do trabalho forçado. “Os africanos não gozam de qualquer direito político. As bases da antiga estrutura política africana foram destruídas pelo colonialismo português.”⁹⁶

Na edição de abril de 1961, no texto “Uma aberração: o colonialismo Salazarista”, Amílcar Cabral exaltou a capacidade dos povos africanos de se revoltarem contra a exploração colonial. Após os avanços nos processos de independência dos territórios administrados pela França e pela Grã-Bretanha, Portugal era o último obstáculo a ser enfrentado. Para superar esse desafio, o dirigente do PAIGC conclamava a união de todos os africanos espalhados pelo mundo para a defesa da liberdade.

Apesar dos esforços dispendidos pelos colonialistas portugueses para esconderem a sua "obra", o colonialismo português foi denunciado perante a consciência mundial. Africanos patriotas residentes na Europa e na América desenvolveram uma acção notável para demonstrar ao mundo o que é o colonialismo português.⁹⁷

Em outubro de 1961, foi a vez do então presidente do MPLA, Mário de Andrade, denunciar nas páginas do *Portugal Democrático* a violência praticada pelo Estado Novo português nas colônias. Em comunicado direto de Conakry, o angolano alardeava o "genocídio organizado" praticado pelo governo de Salazar contra o povo angolano que, segundo ele, já teria feito mais de 50.000 vítimas civis.

Todos esses atentados aos direitos do homem em Angola, às legítimas aspirações do povo angolano à autodeterminação e à independência justificam hoje que apelemos para a solidariedade internacional, para a consciência

⁹⁵ “As realidades nas colônias portuguesas na África I, II, III, IV e V”. *Portugal Democrático*, edições Nº 44 (dezembro de 1960); Nº 45 (janeiro de 1961), Nº 46 (fevereiro), Nº 47 (março de 1961). Uma aberração: o colonialismo Salazarista. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 48, São Paulo, abril de 1961, p. 04.

⁹⁶ “As realidades nas colônias portuguesas na África - V - da vida social”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 46, São Paulo, março de 1961, p. 04.

⁹⁷ “Uma aberração: o colonialismo Salazarista”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 47, São Paulo, abril de 1961, p. 04.

universal e, em primeiro lugar, para a solidariedade africana.⁹⁸

Os textos escritos por Amílcar Cabral e Mário de Andrade evidenciam a importância dada pelos movimentos nacionalistas africanos à comunicação internacional de suas bandeiras e dos atos de violência praticados por Portugal para manter a ocupação nos territórios invadidos. A busca de aliados era uma estratégia importante na guerra contra Portugal.

Pressão sobre o governo brasileiro

No jogo de convencimento direcionado ao governo brasileiro, os grupos anticoloniais mesclaram o discurso de que o Brasil tinha responsabilidades com a África, por conta de suas raízes históricas e culturais, com o argumento de que a aproximação com o continente oferecia vantagens políticas e econômicas. A partir da imprensa, os ativistas angolanos cobraram do Estado brasileiro uma posição sem vacilos contra o colonialismo português.

A edição de junho de 1961 do *Portugal Democrático* trouxe uma saraivada de manifestos pressionando o presidente Jânio Quadros a romper definitivamente com Portugal. No período, o governo janista já vinha dando sinais de fraqueza em conseguir levar adiante a sua promessa, feita no início de seu governo, de rever o posicionamento com relação ao colonialismo.

Em carta endereçada ao presidente Jânio Quadros, em maio de 1961, estudantes universitários paulistas ligados ao MABLA afirmaram que as ações até então implementadas direcionadas à África⁹⁹ eram insuficientes, visto que o governo não tinha tido até então o discernimento de rever de fato seu posicionamento em relação ao colonialismo português.

V. Exa. tem nomeado alguns embaixadores para o Continente Negro e na Serra Leoa vai estabelecer uma missão itinerante. Todos esses esforços se perderão se o Brasil continuar agindo como até aqui, de maneira hesitosa [sic] e sinuosa em face dos problemas suscitados pela guerra de Angola.¹⁰⁰

Segundo os estudantes, o Brasil não poderia fugir da responsabilidade de se posicionar veementemente a favor das massas africanas oprimidas pelo colonialismo salazarista. Na carta, os signatários exploravam retoricamente o interesse político e econômico do Brasil com relação à África para tentar convencer o governo a apoiar as independências africanas.

⁹⁸ “Angola e a África”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 02.

⁹⁹ Assim que assumiu, em 1961, o presidente Jânio Quadros criou a Divisão de África na estrutura interna do Itamaraty; foi incluído no Relatório do Itamaraty um capítulo específico para tratar de assuntos africanos; foi instituído um programa de bolsas de estudos para estudantes africanos; foram abertas embaixadas em Gana, Nigéria, Quênia e Senegal, entre outras ações.

¹⁰⁰ “A opinião pública brasileira e o problema de Angola”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

Acresce, e V. Exa. não o ignora, que a independência das nações africanas de língua portuguesa abrirá ao Brasil, se ele souber, entretanto, conquistar a amizade e a gratidão desses povos, a possibilidade de se projetar em África e ali desempenhar um imenso papel, com as mais benéficas repercussões para o seu prestígio no mundo.¹⁰¹

Na mesma edição do *Portugal Democrático*, outros dois manifestos exigiam que o Estado brasileiro assumisse uma postura firme contra o governo fascista de Salazar. Um dos documentos, dirigentes de entidades culturais, políticas e reivindicatórias, representantes de organizações operárias e estudantis exigiam que o Brasil condenasse claramente e “sem subterfúgios” nos organismos internacionais de que participa a política colonialista de Portugal. Também pressionavam para que Jânio Quadros intercedesse pessoalmente junto ao governo português solicitando a libertação de Angola.¹⁰²

No segundo manifesto, influenciados pelo discurso muito em voga na época de uma vocação natural do Brasil para a África, intelectuais, artistas e professores universitários pediam a Jânio Quadros que assumisse a liderança do movimento mundial em favor da independência de Angola.

É a nossa pátria que cabe esta missão histórica, que está destinada a desempenhar este papel, por uma imediata e indelével tomada de posição, que poderá iniciar-se pela denúncia do inconcebível Tratado de Amizade e Consulta, que tanto desmerece os interesses do Brasil.¹⁰³

Na edição de julho de 1961, o MABLA continuou apontando para o governo do presidente Jânio Quadros todo o seu arsenal de críticas. Em nota, os ativistas manifestaram apoio à aprovação da Resolução nº 163 de 9 de junho de 1961 (S/4835) pelo Conselho de Segurança da ONU. A medida condenava Portugal pela situação de agravamento do conflito armado em Angola e criava uma subcomissão para averiguar a violência contra a população.

O MABLA, de acordo com seus objetivos, exige do espírito democrático de Sua Excelência, sr. Presidente da República, a integral solidariedade às referidas medidas, através de seus representantes naquela organização, uma vez que elas correspondem ao sentimento unânime do povo brasileiro.¹⁰⁴

Também era interesse do MABLA fazer o governo acreditar que a campanha brasileira em favor das independências africanas estava ganhando cada vez mais colaboradores e se

¹⁰¹ “A opinião pública brasileira e o problema de Angola”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

¹⁰² “Ato público pela independência de Angola”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

¹⁰³ “Apelo dos intelectuais”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08.

¹⁰⁴ “Pronunciamento do MABLA”. *Portugal Democrático*, Ano V, julho de 1961, p. 03.

espalhando por outros estados do país. De acordo com a matéria “MABLA – um movimento vitorioso”, além das inúmeras reuniões em centros acadêmicos e em praça pública, o movimento já havia realizado atividades no Centro Acadêmico Hugo Simas da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.¹⁰⁵

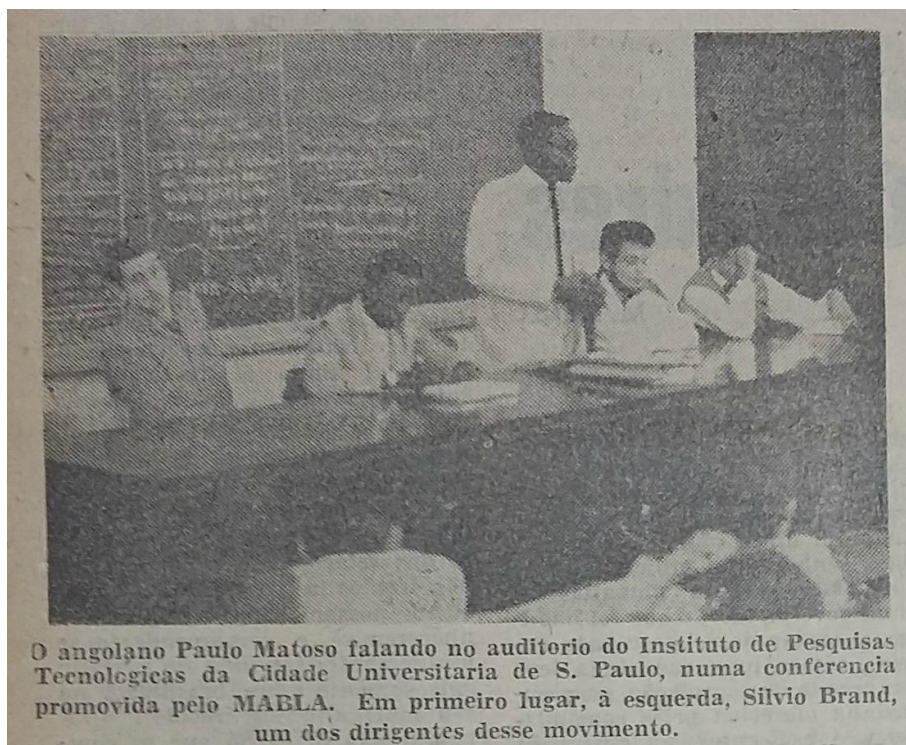


FIGURA 3: Foto da conferência realizada pelo MABLA no auditório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da cidade universitária da USP. Sylvio Band é o primeiro à esquerda. No centro, em pé, o angolano Paulo Matoso. Os demais integrantes da mesa não são identificados pelo jornal *Portugal Democrático*. A foto ilustra o comunicado do MABLA dirigido ao presidente Jânio Quadros, de maio de 1961, em que o movimento pede que o governo apoie a luta de libertação nacional em Angola. Foto sem crédito. *Portugal Democrático*. Ano V, Nº 49, São Paulo, junho de 1961, p. 08. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas (Unicamp).

Como reflexo do trabalho de divulgação e de construção de uma rede de contatos pelo MABLA, na mesma matéria, o jornal publicou um manifesto enviado ao presidente assinado por dirigentes e militantes sindicais de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Brasília e de outras cidades. Os signatários pediram a atenção do chefe do Executivo para o drama que vivia o povo angolano, notadamente os seus trabalhadores.

Fatos que, clandestinamente, foram levados ao conhecimento da Conferência Africana da Organização Internacional do Tratado (...) e de outras

¹⁰⁵ “MABLA um movimento vitorioso”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 50, julho de 1961, p. 08.

organizações internacionais (...) vieram demonstrar à opinião pública mundial as condições miseráveis de existência do povo angolano: falta dos comezinhos princípios de respeito à dignidade humana, toda a uma série odiosa de discriminação entre a população nativa e os opressores lusos, falta de liberdade sindical, salários baixíssimos e a existência, ainda em nossos dias, do trabalho forçado oficial. Tais condições humilhantes de existência (...) levaram sem dúvida o bravo povo de Angola a lutar contra os seus dominadores.¹⁰⁶

A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, não interrompeu a estratégia dos ativistas pró-independência africana de continuar pressionando o governo brasileiro. Pouco tempo depois da posse do novo governo, o MABLA enviou telegramas para o presidente João Goulart; para o primeiro-ministro Tancredo Neves; e para o ministro das Relações Exteriores San Thiago Dantas. Nas correspondências, logo após as oficialidades de parabenizar pelas respectivas posses, o MABLA já adotou o discurso a favor das independências africanas, reforçando a expectativa de que o novo governo fizesse o que o anterior não conseguira: rompesse definitivamente com Portugal.

No telegrama a João Goulart, o novo presidente foi chamado de estadista que “sempre manifestou sua repulsa ao colonialismo”. Ao primeiro-ministro Tancredo Neves, o MABLA “manifestou sua esperança de que a posição do Brasil em relação ao angustioso problema de Angola seja diferente da que vínhamos adotando, de modo a que passe a refletir o sentimento nacional”. O presidente retornou à correspondência, o que ganhou repercussão no jornal.¹⁰⁷

Ao novo chanceler, San Tiago Dantas, o MABLA afirmou estar certo de que “a lamentável política de apoio a Salazar, adotada pelo governo anterior, será “substituída por outra mais realista e humana, que leve em conta a solidariedade do povo brasileiro ao povo irmão de Angola.”¹⁰⁸

Diálogo com o Itamaraty

Além da articulação com setores da imprensa, os grupos do MABLA liderados por Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira também se aproximaram do Itamaraty. A vivência de militância política como representantes do MPLA no Brasil e o extenso conhecimento de ambos sobre o continente africano¹⁰⁹ proporcionaram a eles legitimidade

¹⁰⁶ “MABLA um movimento vitorioso”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 50, julho de 1961, p. 08.

¹⁰⁷ “Jango agradece ao MABLA”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 07.

¹⁰⁸ “MABLA saúda Goulart, Tancredo e San Thiago”. *Portugal Democrático*, Ano V, Nº 53, São Paulo, outubro de 1961, p. 08.

¹⁰⁹ Mais tarde, na década de 1970, Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira terão importância fundamental na criação de centros de estudos africanos dentro de universidades brasileiras. Mourão foi um dos fundadores do

para estabelecer contatos com diplomatas brasileiros favoráveis a uma política externa brasileira com ações voltadas para a África.

O Itamaraty via que até determinada altura, o Brasil não aparecia em nenhum manual de relações internacionais.¹¹⁰ Então, temos que fazer alguma coisa: uma atuação brasileira, mas virada para o Terceiro Mundo. Tínhamos que ir para um campo novo.¹¹¹

A percepção dos interesses da política externa brasileira permitiu que Fernando Mourão buscasse nas instâncias governamentais o apoio às independências africanas. “Quem foi um dos maiores caudilhos do apoio à independência em África? Afonso Arinos, que foi primeiro deputado, depois senador da UDN. E passamos a ter o apoio de grupos expressivos da UDN e até da própria direita brasileira.”¹¹²

José Maria Nunes Pereira também iniciou diálogos com o governo a partir de sua rede de contatos no meio intelectual, principalmente, por sua relação com Cândido Mendes, então chefe da Assessoria Técnica Internacional de Jânio Quadros e idealizador do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), criado em 1961.

Além do trabalho político e intelectual realizado por Mourão e Pereira junto ao Ministério das Relações Exteriores, integrantes dos grupos anticoloniais brasileiros também buscaram, a partir de contatos com instâncias governamentais, conseguir suporte financeiro e outros produtos, como medicamentos e material de higiene, para repassar ao MPLA e à população angolana vítima da guerra colonial.

Neste artigo, quisemos evidenciar, mesmo em um espaço reduzido, a multiplicidade da rede de contatos dos três grupos do MABLA com o objetivo de conquistar apoios na sociedade brasileira aos movimentos de independência africanos. Matérias na imprensa, ações performáticas e palestras em universidades tinham o viés militante-pedagógico com o objetivo de reduzir o desconhecimento da população brasileira sobre a realidade contemporânea do continente africano. A partir desses contatos, o MABLA tentou ainda pressionar o governo brasileiro a retirar o apoio histórico a Portugal e a apoiar de forma efetiva as independências das colônias portuguesas na África.

Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, cujo primeiro esboço nasceu em 1962. José Maria Nunes Pereira e Cândido Mendes formatariam, em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes.

¹¹⁰ A aproximação política e acadêmica de Fernando Mourão da África fez dele um dos pioneiros na formatação da disciplina de Relações Internacionais no Brasil.

¹¹¹ Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

¹¹² Entrevista com Fernando Mourão. 04 e 05/07/2015. Caucaia do Alto – SP.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Entrevista com José Maria Nunes Pereira. *Estudos Históricos*, nº 39, janeiro-junho de 2007 a, Rio de Janeiro. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), p. 125. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2563>. Acesso em 02/04/2015.
- ALBERTO, Paulina L. Para africano ver: intercâmbios africano-baianos na reinvenção da democracia racial (1961-1963). *Revista Afro-Ásia*, nº 22, 2011, p. 97-150, p. 145. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_44_PLAlbero.pdf. Acesso em: 01/12/2016.
- ANDRADE, Mário de. A Geração de Cabral. s/l, Instituto Amizade/PAIGC, 1973, p. 17-18. Apud BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja Editora, 1999.
- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: Gallimard, Pléiade, 1971, p. 248.
- CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas, Lisboa: CEA, 2010, p. 06.
- _____. Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica, p. 25-31. In: *Mensagem: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*. Número Especial, Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.
- LIMA, Viviane de Souza. *Solidariedade atlântica – Movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2017.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O contexto histórico-cultural de criação literária em Agostinho Neto: memória dos anos cinquenta. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo: USP, 1991-1992.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi – I Tomo – Procurando um Caminho*. Porto: Campo das Letras, 2002.

- _____. *O Tempo e o Espaço em Que Vivi – II – Revolução e Contra-revolução na América Latina*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 19.
- _____. Portugal Democrático – um jornal revolucionário. In: LEMOS, Fernando; LEITE Rui Moreira (Orgs.). *A Missão Portuguesa – Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC, 2003, p. 183.
- SANTOS, Pedro Manuel. Portugal e a NATO: a política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968). *Revista Relações Internacionais do Instituto Português de Relações Internacionais*, edição de março de 2009, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, J. F. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um amplo movimento”*: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. São Paulo: PUC, 2010.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economia, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVA, D. M. *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)*. Dissertação apresentada Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas: 2000.